



ANTONIO DELFIM NETTO



Sobre a volta do crescimento

► Diante da queda persistente da produtividade do trabalho, a sociedade precisa incorporar algumas reformas substantivas

As interpretações das passeatas a favor do comportamento do presidente Bolsonaro e de parte de seus ministros da área escura: assessores diretos, do Exterior, do Meio Ambiente e o mais barulhento, da Educação, que com alguma razão, tenta corrigir um pobre “marxismo cultural” com um ainda mais pobre “direitismo in cultural”, precisam de cuidado e apoio de evidências empíricas confiáveis. As demonstrações de domingo 26 de maio revelaram quatro objetivos: **1.** Dar suporte às reformas, particularmente a da Previdência. **2.** Dar suporte à Lava Jato. **3.** A rejeição a suposto comportamento dos deputados do Centrão. **4.** A advertências contra decisões do STF.

Como é evidente, quem foi à passeata pode não concordar com os quatro objetivos e deve priorizá-los diferentemente. Por exemplo, quem foi demonstrar a favor da Previdência pode não concordar com a crítica ao STF. Esperadamente, o governo ignorou a separação e concluiu, apressadamente, que todos apoiaram igualmente as suas teses: críticas ao Centrão e, mais discretamente, ao STF. Mas quais são as evidências empíricas? Felizmente, um grupo da USP, sob a direção do professor Pablo Ortellado, pesquisou com método adequado qual era o principal motivo que

levara o cidadão à passeata. O resultado foi surpreendente: o apoio às reformas foi mencionado em primeiro lugar por 75% dos participantes. Em segundo lugar veio o apoio à Lava Jato, com 8% das escolhas. A rejeição ao Centrão e ao STF foi prioridade para 6% deles.

Ainda que a passeata não tenha dado suporte a todo o programa de Bolsonaro, creio ser possível afirmar que economistas de variadas concepções ideológicas, mas que as submetem com rigor às restrições físicas implícitas na contabilidade nacional, aos resultados das pesquisas empíricas que resistem ao teste da metodologia convencional e reconhecem que demografia é destino, pelo menos num prazo de 30 anos, chegaram a um razoável consenso. Diante da aceleração da queda persistente da produtividade do trabalho (o outro nome do PIB *per capita*) verificada nos últimos 30 anos, a sociedade brasileira precisa incorporar a urgência de algumas reformas substantivas. Todas são necessárias, mas só a sua combinação será suficiente para a volta a uma economia normal:

1. A reforma da Previdência, sem a qual o retorno ao equilíbrio fiscal é impossível. **2.** Uma reforma inteligente e radical que melhore a qualidade e a eficiência dos sistemas de saúde e educação e os prepare para o mundo digital numa perspectiva de 25 anos. **3.** A reforma tributária, que eliminará as imensas distorções existentes e reduzirá a sobrevivência das pequenas empresas com baixa produtividade do trabalho. **4.** A reforma financeira, continuação do programa do Banco Central que aumentará a concorrência no setor, além de criar condições para o financiamento de longo prazo do nosso

sistema produtivo. **5.** A do comércio exterior, com a reforma das tarifas efetivas e a redução nos custos de transação criados por uma legislação de 40 anos atrás. Facilitar o crédito à exportação e reintroduzir um efetivo *draw-back* verde-amarelo, devolver os impostos sobre as exportações, dar atenção especial à infraestrutura logística e à taxa de câmbio, para integrar ao mundo nossas cadeias produtivas. **6.** A das agências controladoras das Parcerias Público-Privadas e das concessões de infraestrutura, para dar-lhes a garantia do justo cumprimento dos contratos de longo prazo que substituirão o investimento público.

Por sua importância decisiva para a volta do investimento, menciono por último, exatamente porque deve ser a primeira das reformas, a do Supremo Tribunal Federal, que precisa suspender, regimentalmente, decisões idiossincráticas de seus competentes ministros. É preciso reconhecer que só as decisões do Colegiado (só o Pleno é Supremo) podem proporcionar garantia jurídica estável, sem a qual ninguém correrá o risco de investir. Sem este, não há como voltar ao crescimento econômico e social robusto, equânime e sustentável que reduzirá o desemprego que flagela a nação. As diferenças de opinião entre seus membros é a garantia do rigoroso escrutínio sob diferentes concepções das questões em julgamento. As decisões majoritárias, mesmo quando não satisfazem nossos desejos, são o melhor que se pode obter num mundo onde a única coisa estável é a instabilidade. Trata-se, portanto, de um longo e tortuoso caminho que temos de percorrer com inteligência, urgência e temperança. •

colunistas@cartacapital.com.br